

Políticas públicas para Pessoas com Deficiência: uma revisão sistemática

ALINE CAMARGO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ROSAMARIA C. MOURA-LEITE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

Resumo

A participação cidadã das pessoas com deficiência (PcD), faz parte de um grande desafio global, tendo como objetivo central a inclusão. A criação de políticas públicas voltadas para as PcD pode ajudar a reduzir as desigualdades e garantir a inclusão de todas as pessoas em igualdade de condições. O objetivo deste estudo é revisar e sintetizar as políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência em estudos publicados nos últimos anos. A revisão sistemática foi feita em três bases de dados internacionais, em dois eixos principais, “políticas públicas” e “pessoas com deficiência” e resultou em uma amostra final de cinco artigos. Acerca dos resultados, a maior parte dos artigos foi elaborada na América do Sul, divididos entre Brasil e Chile. A principal abordagem utilizada foi a qualitativa, sendo que apenas uma pesquisa realizou interação entre os pesquisadores e outros participantes para compreender o problema e propor soluções para a questão social. Dentre as lacunas, as principais foram a ausência de estudos em outras regiões do mundo, assim como estudos que utilizam métodos para realizar a pesquisa em profundidade.

Palavras Chave

Políticas públicas, Pessoas com Deficiência, Inclusão

Agradecimento a órgão de fomento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Políticas públicas para Pessoas com Deficiência: uma revisão sistemática

1 INTRODUÇÃO

A participação cidadã das pessoas com deficiência (PcD), faz parte de um grande desafio global, tendo como objetivo central a inclusão. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, publicada em 2006, estabelece que os Estados devem garantir que as PcD sejam reconhecidas como pessoas em qualquer lugar, garantindo a igualdade de condições na vida política, pública e social.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), pessoas com deficiência são aquelas que apresentam impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo. Estima-se que mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência (Organização das Nações Unidas (ONU), 2018). As diversas barreiras encontradas por essa população, dificultam a participação plena e efetiva em igualdade de condições com as demais pessoas na sociedade (OMS, 2024). A criação de políticas públicas voltadas para as PcD pode ajudar a reduzir as desigualdades e garantir a inclusão de todas as pessoas em igualdade de condições.

Carvalho (2020), afirma que as políticas públicas são a concretização dos direitos sociais que, por sua vez, são considerados direitos fundamentais para a dignidade humana. Identificar, caracterizar e delimitar o problema a ser tratado, são fases fundamentais para “fundamentar a tomada de decisão e potencializar os resultados do processo de formulação das políticas públicas” (Brasil, 2021, p. 12). Diante disso, o objetivo deste estudo é revisar e sintetizar as políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência (PcD) em estudos publicados no período de 2014 a 2024.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As fontes primárias para direcionar a escolha das palavras-chave, partiu de uma análise exploratória em 3 das principais bases de dados de trabalhos científicos: *Web Of Science*, *Scopus* e *Science Direct*. Para isso, foi realizada uma busca inicial de artigos que continham, ao mesmo tempo, no título, as palavras: “*public policy*” (eixo 1) e “*people with disability*” (eixo 2). A escolha dessas palavras iniciais tem relação com o tema central deste estudo: políticas públicas para pessoas com deficiência.

Ao analisar os trabalhos encontrados, percebeu-se a necessidade de inserir novas palavras-chave para captar todos os artigos que abordassem o tema em questão dentro dos parâmetros da busca. Assim, foram inseridas as palavras: a) eixo 1: “*government policy*”; b) eixo 2: “*people with special needs*”, “*disabled people*” e “*person with disability*”, definindo, então, a expressão de busca para as bases: “(“*public polic**” OR “*government polic**”) AND (“*people with disabilit**” OR “*people with special needs*” OR “*disabled people*” OR “*person with disabilit**”)”. Os operadores booleanos (AND e OR) e os caracteres especiais (aspas, asteriscos e parênteses) foram inseridos para combinar os termos de busca e trazer resultados mais direcionados ao tema da pesquisa. Para a busca, delimitou-se o período de janeiro de 2014 a abril de 2024, com o tipo de documentos limitados a “artigos” que continham as palavras-chave no título do trabalho.

Após a busca com a expressão definida, foi realizada uma seleção de trabalhos a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave (Seleção 1). Os artigos que abordavam políticas públicas para pessoas com deficiência, foram incluídos na amostra, enquanto aqueles que estavam duplicados ou que não abordavam o tema, foram excluídos, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos da amostra

Artigo	Seleção 1	Seleção 2	Motivo
Cisternas; Águila, 2020.	SIM	SIM	Artigo alinhado com o tema de pesquisa.
Oliveira; Melo; Medina, 2021.	SIM	SIM	Artigo alinhado com o tema de pesquisa.
Melo <i>et al.</i> , 2022.	SIM	NÃO	O artigo apresenta resultados quantitativos sobre as características das PcD durante a COVID 19. Menciona a necessidade de políticas públicas, mas não apresenta discussão, proposta ou análise sobre elas.
Kaur <i>et al.</i> , 2015.	SIM	NÃO	O artigo menciona a necessidade de criação de políticas públicas como consequência do objetivo do estudo, no entanto, o foco da pesquisa está na percepção da deficiência pelas PcD.
Melo <i>et al.</i> , 2022.	DUPLICADO		
Shopov, 2014.	SIM	NÃO	A artigo não prevê a aplicação ou discussão de políticas públicas, mas sim um replanejamento estratégico das políticas existentes.
Leite; Lopes, 2020.	SIM	SIM	Artigo alinhado com o tema de pesquisa.
Grabowska <i>et al.</i> , 2022.	SIM	SIM	Artigo alinhado com o tema de pesquisa.
Shogren; Turnbull, 2014.	SIM	NÃO	O artigo aborda apenas conceitos, não propunha análise ou criação de Políticas Públicas.
Solís, 2019.	SIM	SIM	Artigo alinhado com o tema de pesquisa.

Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Conforme apresentado no Quadro 1, entre os 10 artigos retornados nas buscas nas 3 bases, 9 foram selecionados para leitura completa e apenas 1 foi excluído por estar duplicado, resultando em uma amostra de 9 artigos. Os 9 trabalhos foram lidos na íntegra a fim de verificar o alinhamento dos artigos com o tema proposto (Seleção 2). Diante disso, 4 artigos foram excluídos, conforme justificado na coluna “Motivo” do Quadro 1, totalizando uma amostra final de 5 artigos. Os artigos da amostra final foram apresentados e discutidos no próximo tópico.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS PESQUISAS

Identificou-se que a maior parte dos estudos foi realizada na América do Sul, divididos entre Brasil e Chile, enquanto apenas 1 estudo foi realizado na Europa, mais especificamente, na Polônia.

A pesquisa brasileira de Oliveira, Melo e Medina (2021), buscou entender se as políticas públicas, implementadas no âmbito da Universidade Federal de Tocantins (UFT), foram eficazes para a concretização dos direitos em igualdade de condições com as demais pessoas. Apesar das conclusões do estudo indicarem um avanço em práticas de acessibilidade e inclusão, foram observadas insuficiências de tecnologias e ferramentas que ajudam as PcD a se movimentarem e usarem os espaços da universidade. Silva e Pimentel (2021), afirmam que a permanência da PcD requer cuidados e atenção que vão além do “ingresso”. É preciso contemplar as condições adequadas que englobam tecnologias, estruturas e preparo para receber e manter, em condições de igualdade, as pessoas com deficiência (Silva; Pimentel, 2021).

A pesquisa chilena de Solís (2019), apresenta essa perspectiva de inclusão por meio da leitura, buscando analisar como as políticas públicas do Estado chileno foram criadas para fomentar a leitura nas PcD. Os resultados da pesquisa demonstram que há uma desconexão

conceitual significativa entre as políticas públicas relacionadas à leitura e a deficiência, resultando em inconsistências nas terminologias e práticas. Essa inconsistência, impede “a criação de uma sociedade de pessoas informadas, criativas, reflexivas, críticas e participativas” (Solís, 2019, p. 241). Cisternas e Águila (2020), ao analisarem a participação de PcD na vida social e política, concluíram que a institucionalização do cuidado às PcD e a legislação que garante os direitos sociais são insuficientes, induzindo uma participação social das PcD inferior em relação as pessoas sem deficiência.

A análise de políticas públicas para pessoas com deficiência, também foi realizada com foco em cenários de crises sanitárias no Brasil. Leite e Lopes (2020), encontraram como resultados em seus estudos, que a telemedicina pode ser considerada como aliada em crises sanitárias. No entanto, ainda que em cenários menos propensos, a simples utilização das tecnologias não é suficiente para a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade. As autoras apontam que ter uma comunicação acessível também é essencial para a verdadeira inclusão.

Os estudos realizados na América do Sul enfatizam a necessidade de incluir pessoas com deficiência de forma completa, seja em ambientes universitários, bibliotecas, cenários de crise ou ambientes sociais, garantindo não apenas a inclusão, mas a permanência dessas pessoas em todos os lugares. Ainda que sejam reconhecidos esforços dos governos para reduzir as desigualdades, como mencionado nos estudos de Oliveira, Melo e Medina (2021), Solís (2019) e Cisternas e Águila (2020), a inclusão efetiva ainda não foi alcançada.

A única pesquisa realizada no continente europeu, Grabowska *et al.* (2022), focou em questões para entender qual a diferença na qualidade de vida média das pessoas com deficiência em comparação com o resto da população, visando construir uma ferramenta para medir a qualidade de vida multidimensional de pessoas com e sem deficiência na Polônia, monitorando a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Apesar do trabalho chileno de Cisternas e Águila (2020) ter mencionado a convenção na base teórica do estudo, apenas o estudo polonês tornou-a como base para atingir o objetivo da pesquisa.

Entre as pesquisas da amostra, os tipos de estudos realizados variam entre abordagens qualitativas, utilizando como métodos a pesquisa-ação, estudo de caso e análise documental, e de abordagem quantitativa, utilizando análise de dados em modelagem de equações estruturais, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Tipos de estudo da amostra

Artigo	Abordagem	Método de pesquisa
Cisternas; Águila, 2020.	Qualitativa	Pesquisa-ação
Oliveira; Melo; Medina, 2021.	Qualitativa	Estudo de caso
Leite; Lopes, 2020.	Não mencionada	Não mencionado pelas autoras
Grabowska <i>et al.</i> 2022.	Quantitativa	Análise de dados (Modelagem de equações estruturais)
Solís, 2019.	Qualitativa	Análise documental e Consulta a especialistas

Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Apesar dos métodos apresentados no Quadro 2 terem sido mencionados pelos autores em suas respectivas pesquisas, a partir das análises de cada tipo de estudo da amostra, identificou-se um domínio de estudos qualitativos respaldados em análises documentais (Oliveira; Melo; Medina, 2021; Leite; Lopes, 2020; Solís, 2019). Esse predomínio pode ser justificado pela afirmação de Sousa e Santos (2020, p. 1398): “A pesquisa qualitativa preocupa-se com fatos da sociedade que estão centrados na interpretação e explicação da dinâmica das relações sociais”. Assim, a pesquisa qualitativa é considerada uma ferramenta poderosa para compreender a complexidade das relações sociais e, por isso, foi a abordagem

escolhida pela maioria dos estudos da amostra. No entanto, os estudos ainda carecem da utilização de métodos para realizar a pesquisa em profundidade que vão além de análises documentais. Construir políticas públicas a partir daquilo que os próprios beneficiários dessas políticas entendem como necessário, deve ser o caminho para se atingir a verdadeira inclusão e integração social (Ponte; Da Silva, 2015).

3.2 PRINCIPAIS RESULTADOS

Cisternas e Águila (2019), identificaram 4 elementos que devem ser considerados para promover a igualdade de condições de participação das PcD na vida política e pública, sendo: i) a participação das PcD deve ser direta e representativa, uma vez que elas são as que melhor conhecem suas necessidades e demandas; ii) enfatizar o trabalho intersetorial, permitindo uma nova forma de ver os problemas e a inovação nos setores e serviços destinados a resolvê-los; iii) o Estado deve alavancar a promoção e fortalecimentos dos representantes locais (municípios) para alcançar o desenvolvimento inclusivo; iv) promoção de espaços para PcD.

Solís (2019), concluiu, por meio dos seus achados, que apesar do avanço significativo de políticas públicas para PcD, desde 1990, no Chile, ainda existem inconsistências nas terminologias e práticas sobre a leitura para essas pessoas. Para a autora, a tecnologia deve ser nutrida e diversificada em termos de conteúdo e materiais, permitindo que as pessoas, “de acordo com sua preferência, capacidade ou interesse, possam transitar em igualdade de condições pelo mundo da globalização e da comunicação” (Solís, 2019, p. 255).

A universidade foi o objeto de estudo de Oliveira, Melo e Medina (2021). Os resultados do estudo, demonstraram que a UFT possui ações para alcançar a inclusão, destinando, além de reservas de vagas para a diversidade, apoio, financiamento e ações sociais. Para Fernandes, Oliveira e Almeida (2016), a universidade tem um papel fundamental no desenvolvimento social e pessoal de todo indivíduo. No entanto, foram identificados alguns pontos que impedem a verdadeira inclusão no espaço universitário, como a falta de curso de formação para os professores e a falta de estrutura física adequada para as PcD, impedindo a movimentação de alguns alunos. Os autores acreditam que estes fatores podem ser pressupostos essenciais nas diretrizes da educação que fundamental a inclusão.

Leite e Lopes (2020), apresentaram, nos resultados da pesquisa, a telemedicina como protagonista diante de cenários de crise e isolamento social. No entanto, Leite e Lopes (2020), apontam que apenas a tecnologia não é suficiente para proteger as pessoas em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, a inclusão, principalmente em cenários menos propensos, deve ser trabalhada de forma constante, inserindo formas de comunicação acessíveis como audiodescrição, interpretes de libras em todos os meios de comunicação, mas principalmente em serviços básicos de organizações públicas e privadas.

O estudo de Grabowska et al. (2022), por meio dos resultados, demonstrou que as pessoas sem deficiência apresentaram maior qualidade de vida em comparação com a população com deficiência, sendo a maior diferença observada na saúde e nos domínios produtivos e de atividade principal. Grabowska *et al.* (2022), afirmam a necessidade de diversificar as políticas públicas para as demandas reais desse público, sendo que isso pode ser alcançado por meio da combinação de esforços que envolvem as próprias PcD, os prestadores serviços, as organizações apoiadoras e locais, as autoridades e outras instituições públicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo foi o de apresentar o estado de desenvolvimento das pesquisas realizadas sobre políticas públicas para pessoas com deficiência e apontar as limitações e lacunas que podem ser exploradas em pesquisas futuras.

A primeira lacuna identificada foi a ausência de estudos em diversas regiões do mundo. Entre os estudos encontrados, apenas um deles foi realizado na Europa, enquanto os demais foram realizados na América do Sul, mais especificamente, no Brasil e no Chile. Estudar diferentes regiões é fundamental, pois cada região tem suas particularidades como cultura, economia, demandas sociais, entre outros aspectos e, essas particularidades, podem ser encontradas, também, dentro de um mesmo país.

Outra lacuna identificada por meio dessa revisão, foi o enfoque dos estudos em relação ao método utilizado. Por se tratarem de pesquisas que tratam, acima da deficiência, sobre Pessoas, os estudos poderiam buscar o que elas necessitam, pesquisando para além de textos, relatórios e outros documentos, assim como realizado na pesquisa de Cisternas e Águila (2020). Dessa forma, estudos futuros podem explorar as necessidades e demandas dessa população por meio de pesquisas que interajam com o público, buscando compreender as prioridades demandadas a partir das vozes das próprias pessoas.

O estudo de Solís (2019), enfatizou a leitura como meio de inclusão para as PcD. O estudo reforça que apesar do avanço sobre a leitura e deficiência na agenda pública do Chile, esses temas são abordados de maneiras diferentes, resultando em inconsistências nas terminologias e práticas. O avanço da agenda pública mencionado no estudo, não é medido, apresentando, assim, uma limitação de pesquisa. Em novos estudos, pode ser explorado quais as políticas existentes antes e depois da década mencionada (1990), assim como podem ser exploradas as condições políticas para a leitura do Chile em comparações com outros países.

Grabowska *et al.* (2022), construíram uma ferramenta capaz de medir a qualidade de vida das pessoas, apontando os fatores determinantes para a menor qualidade de vida das PcD. A pesquisa utilizou uma base de dados já existente no continente europeu, aplicando esses dados para a construção da ferramenta. Os autores reconhecem a utilização dessa base como limitação e sugerem que a ferramenta pode ser calibrada para permitir comparações entre países e entre diferentes populações e apoiar políticas públicas baseadas em evidências. Dessa forma, em estudos futuros pode-se utilizar a ferramenta construída por Grabowska *et al.* (2022), a partir de uma nova base de dados, primários ou secundários, de acordo com a região de realização da pesquisa.

A discussão na literatura sobre políticas públicas para PcD pode ser considerada escassa, porém em desenvolvimento, uma vez que os estudos encontrados nesta revisão são recentes, sendo o mais antigo do ano de 2019. Este estudo teve como objetivo contribuir para o entendimento das pesquisas já realizadas que exploram as políticas públicas para as PcD.

Embora frequentes e muito utilizadas, as pesquisas de revisão sistemática possuem algumas limitações. A primeira delas diz respeito a escolha das bases de busca de artigos, já que existem inúmeras plataformas e os estudos não estão concentrados em apenas uma delas. Também pode haver limitação em relação a interpretação dos trabalhos da amostra, sendo que os filtros são realizados a partir da visão dos autores. Outra limitação está relacionada a qualidade dos artigos encontrados. A revisão sistemática tem como objetivo apresentar os trabalhos encontrados a partir das buscas e filtros pré-definidos e destacar as limitações e lacunas encontradas para possibilitar estudos futuros. O presente estudo, mesmo reconhecendo suas limitações, colabora com o desenvolvimento das pesquisas relacionadas com o tema, atingindo o objetivo proposto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Política pública em dez passos**. Brasília, 2021.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 6, p. 773-794, 2020.

FERNANDES, Ana Claudia Rodrigues; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; ALMEIDA, Leandro da Silva. Inclusão de estudantes com deficiências na universidade: Estudo em uma universidade portuguesa. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 20, n. 3, p. 483-492, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Mais de 1 bilhão de pessoas no mundo vivem com algum tipo de deficiência**. 2018. Disponível em: < <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1649881>> Acesso em 01 de agosto de 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Disability**. 2024. Disponível em: < https://www.who.int/health-topics/disability#tab=tab_1> Acesso em 01 de agosto de 2024.

PONTE, Aline Sarturi; DA SILVA, Luciele Chequim. A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 2, 2015.

SILVA, Jailma Cruz Da; PIMENTEL, Adriana Miranda. Inclusão educacional da pessoa com deficiência visual no ensino superior. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, p. e2904, 2021.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020.

ARTIGOS UTILIZADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA:

CISTERNAS, Diego Solsona; AGUILA, Melissa Flores. Citizen Participation of People with Disabilities and Intersectoral Public Policies Offered by the State in the Region of Magallanes, Chile. **REVISTA DEL CLAD REFORMA Y DEMOCRACIA**, n. 77, p. 187-214, 2020.

GRABOWSKA, Izabela; ANTCZAK, Radoslaw; ZWIERZCHOWSKI, Jan; PANEK, Tomasz. How to measure multidimensional quality of life of persons with disabilities in public policies-a case of Poland. **Archives of Public Health**, v. 80, n. 1, p. 230, 2022.

KAUR, Gurmit; LEONG, Tan Peck; YUSOF, Jamaliah Mohd; SINGH, Dharshan. Perception of people with disability in creating sustainable public policy. **Procedia-Social and behavioral sciences**, v. 168, p. 145-155, 2015.

LEITE, Flávia Piva Almeida; LOPES, Cintia Barudi. Políticas públicas de enfrentamento da Covid-19 para proteção das pessoas com deficiência. **Revista Jurídica**, v. 5, n. 62, p. 229-250, 2020.

MELO, Douglas Christian Ferrari De; SIQUEIRA, Priscila Carminati; MACIEL, Ethel Leonor Noia; DELCARRO, Jessica Cristina Silva; ROBAINA, Igor Martins Medeiros; JABOR, Pablo Medeiros; GONCALVES JUNIOR, Etereldes; ZANDONADE, Eliana. People with Disabilities and COVID-19 in the state of Espírito Santo, Brazil: between invisibility and lack of Public Policies. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 4203-4212, 2022.

OLIVEIRA, Marja Diane Pereira Brito De; MELO, José Wilson Rodrigues De; MEDINA, Patricia. Acessibilidade no ensino superior: políticas públicas para pessoas com deficiência na UFT. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 54, p. 266-276, 2021.

SHOGREN, Karrie A.; TURNBULL, H. Rutherford. Core concepts of disability policy, the convention on the rights of persons with disabilities, and public policy research with respect to developmental disabilities. **Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities**, v. 11, n. 1, p. 19-26, 2014.

SHOPOV, Georgi. STRATEGIC PLANNING OF THE GOVERNMENT POLICY TOWARDS PERSONS WITH DISABILITIES IN BULGARIA. **Economic Studies**, v. 23, n. 1, 2014.

SOLÍS, Solange Armijo. Políticas públicas en torno al fomento lector y personas en situación de discapacidad: una aproximación a la lectura estética inclusiva en Chile. **Estudios pedagógicos (Valdivia)**, v. 45, n. 3, p. 239-260, 2019.